

**Revista Internacional de
Formação de Professores
(RIPF)**

**ISSN: 2447-8288
v. 2, n.3, 2017**

**EXTERNATO NORMAL DA PARAHYBA DO NORTE: formando
professoras para o magistério primário**

NORTH-PARAHYBA PROVINCE TEACHING DAY-SCHOOL

Submetido em 30/07/2016

Avaliado em 10/10/2016

Aceito em em 20/02/2017

Rose Mary de Souza Araújo

Doutora em Educação, professora e pesquisadora
do Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba

Contato: rosearaujo.ufpb@gmail.com

EXTERNATO NORMAL DA PARAHYBA DO NORTE: formando professoras para o magistério primário

Resumo

O trabalho trata de apresentar os resultados de um estudo do tipo documental no âmbito da história sobre a implantação e trajetória do Externato Normal no período de 1886 e 1892, na província da Parahyba do Norte. Esta instituição foi uma das iniciativas do poder público local em normatizar a formação e o exercício do magistério para as atividades instrucionais nas escolas primárias. O corpo documental utilizado foi composto por: discursos e relatórios elaborados pelos presidentes da província paraibana, os relatórios dos diretores da instrução pública dirigidos aos presidentes provinciais, Leis e Regulamentos da Instrução Pública e a produção jornalística de época em nível local. Essa investigação propiciou um apanhado de aspectos relativos a formação de professores e o seu processo de institucionalização na sociedade paraibana na segunda metade do século XIX. Desta forma, contribui para novos desafios e aprofundamento de conhecimento acerca da história da educação brasileira, em específico dos avanços e recuos da formação de professores.

Palavras-chave: Formação de Professores. Externato Normal. Instrução Primária.

NORTH-PARAHYBA PROVINCE TEACHING DAY-SCHOOL

Abstract

This paper presents the results of a documental study in the realm of history about both implementation and itinerary of the Externato Normal (high school teachers' courses), from 1886-1892 in North-Parahyba Province. The creation of this institution was one of the first steps taken by local public government, in order to normatize teaching education and practice, with a view to instructional activities in primary schools. The documental body used was composed of: speeches and reports by presidents of the Paraiban Province, as well as public teaching managers' reports, addressed to Provincial presidents, Laws and Regulations of public teaching, besides local newspapers production of that time. Such an investigation has produced an amount of aspects related to teachers' training, and its process of institutionalization in Paraiban society, during the second half of the XIX century. Thus, it contributes to new challenges and knowledge increase of Brazilian educational history, specifically of progression and regression in teachers' education.

Keywords: Teachers' education. Primary teaching. High school teachers' courses.

1. Primeiras Palavras

Pesquisar sobre a formação de professores em sua historicidade, ainda se constitui um desafio instigante. Assim, este trabalho tem como objeto principal o Externato Normal da Parahyba do Norte criado nos oitocentos. Esta instituição foi organizada pelo poder público local, especialmente para preparar um quadro docente feminino com vistas a solucionar os recorrentes problemas inerentes ao ensino primário. Dentre outros evidenciados na documentação disponibilizada, o mais enfatizado foi atraso nas atividades instrucionais em virtude da má qualidade da formação dos professores.

Observa-se que a criação do Externato Normal é vista como um dos momentos significativos na história da formação de professores na sociedade paraibana no século XIX. Assim, optou-se por investigar a implantação e trajetória da referida instituição no período compreendido entre 1886 e 1892. Nesse processo, onde a memória assume sua importância, busca-se identificar, apontar suas características, limites e contradições que a compuseram, atravessaram o seu funcionamento.

O recorte temporal delimitado corresponde no início – 1886 – a data da sua implantação oficial e no final – 1892 – refere-se ao último ano do seu funcionamento. Conforme documentação investigada, em fevereiro de 1893, por decreto provincial, o Externato Normal, destinada apenas à clientela feminina, foi substituído pela Escola Normal para ambos os sexos.

A referida periodização é caracterizada por um momento conjuntural denso e conflitante, no qual estava em jogo os interesses e necessidades dos grupos políticos locais. Na verdade, o movimento político de então gravitava em torno do sistema oligárquico e da esfera da parentela representada pelas famílias que detinham o poder político e econômico local. Um material jornalístico de época imbuído de críticas à dinâmica paraibana, retrata o referido momento como

[...] um movimento politico de acanhado ambito, em todas as forças gravitavam para um centro oligarchico, todas as actividades se esterilissavam circumscriptas nos estreitos dominios de familias politicas.

Não se tomava a serio a causa publica, o bem da communhão, que era sacrificado a interesses egoisticos a prepotencia de familias que se julgavam os donatarios de capitania, os suseranos de algum feudo. (Estado da Parahyba, 14/04/1891¹).

Nesse espaço tensionado, considerando o contexto mais amplo, a intensa difusão do ideário liberal que concorreu também para o declínio da monarquia e para a implantação do regime republicano sob as idiosincrasias do primeiro, reforçava sobremaneira o “mito da escolarização” na sociedade brasileira. Difundia-se a crença na escolaridade das pessoas enquanto instrumento

¹Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

necessário para a construção da civilidade e do progresso social. Nessa perspectiva, a historiografia educacional brasileira, vem apontando que os poderes públicos investiram ao seu modo no campo educacional, criando instituições escolares, sobretudo, aquelas que deveriam qualificar pedagógica e profissionalmente o professor.

Fazem parte do corpo documental: os discursos e relatórios elaborados pelos presidentes da província paraibana, os relatórios dos diretores da instrução pública dirigidos aos presidentes provinciais locais disponibilizados no sítio eletrônico do *Brazilian Government Serial Documents Digitization Project*², Leis e Regulamentos da Instrução Pública e da produção jornalística de época. O diálogo com as fontes³ foi possibilitado através dos referenciais interpretativos de Thompson (1981) acerca do papel das evidências na compreensão do movimento histórico, de Gramsci (1989) o conceito de Estado no sentido de entender as forças sociais em jogo e suas respectivas intenções de promover a formação dos professores e de Goodson (1995) acerca do currículo como construção social em nível da prescrição.

Finalmente, o mergulho na documentação disponibilizada direcionou para a análise de alguns aspectos que foram evidenciados ao longo do processo de investigação, que por sua vez permitiu a estruturação deste trabalho, a saber: *Um novo modelo: Externato Normal, Os novos sujeitos educativos, Os novos saberes prescritos e Os resultados do Externato Normal*.

2. Um novo modelo: Externato Normal

Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, ao assumir a presidência da Parahyba do Norte no findo de 1885, argumentou que a instrução pública permanecia na mesma situação de atraso e de precariedade. Não diferente de gestores anteriores, apontou que a causa do seu desmoronamento residia no fato do poder público local, por questões pecuniárias, não ter investido na formação dos professores com conhecimentos técnicos e científicos necessários para o desempenho satisfatório das atividades instrucionais no ensino primário.

Considerando as características, as condições estruturais e pedagógicas, sob as quais o ensino primário vinha sendo efetivado, Bandeira Filho não via com otimismo mudanças substanciais nesse nível de ensino. Ponderou que todo e qualquer esforço nesse ramo de ensino, na conjuntura de então, era inútil e ineficaz, caso não priorizasse a formação docente através de conhecimentos teóricos e práticos no campo da pedagogia. Assim sendo, preconizou que a

² O acervo foi digitalizado pelo *Latin American microform Project* (LAMP) do *Center for research libraries* (CRL) da Universidade de Chicago.

³ Optou-se pela reprodução da escrita/linguagem da época ao longo do texto.

materialização da qualidade do ensino primário tinha como condição básica a formação de professores. Assim se expressou:

Nada espero do ensino primário que actualmente se distribue na provincia; reputo inutil qualquer melhoramento, que demande esforço por parte do professorado. Os professores não tiveram escola; não acham vantagem em servir com entusiasmo logar tão ridiculamente remunerado; não tem estímulo de futuro na profissão. É preciso formar professores para as nossas escolas, já que não podemos melhorar o estado presente da classe. É, pois, para o Externato Normal que cumpre de preferência voltar a atenção. (Parahyba do Norte, Falla, 1886, p. 27).

Para o referido gestor, a Escola Normal instalada em 1885, não vinha satisfazendo a formação de professores para as escolas primárias. Ressalta que o Regulamento de N° 30 de 1884 que deu organicidade aquela instituição cometeu alguns equívocos e incongruências que exigiam correções imediatas.

[...] era inconveniente mistura do ensino secundário com o normal. O primeiro é o complemento da educação primária; abrange os conhecimentos indispensáveis para as profissões ou artes liberais. [...] O ensino normal, porém, no que concerne ao professorado, tem intuídos próprios, como os tem o ensino agrícola, o ensino mecânico, ou qualquer outro que prepare para uma profissão. É então a prática da profissão o que determina a natureza do ensino e sua orientação.

Na Parahyba tal distinção é inadmissível. [...] Todas as escolas primárias são do 1° grau, e mesmo nella deixam de ser ensinadas muitas matéria indicadas pelo respectivo programma, como na maior parte succede, por falta de habilitações do professor.

A antiga escola normal carecia de direcção apropriada; seu director era o próprio director geral da instrucção, o qual, como é intuitivo, não lhe podia consagrar a necessária atenção. Recahia, pois, a inspecção do ensino sobre a professora da escola anexa.

Repugnou-me a idéa da escola normal mixta; não tem produzido bons resultados, nem conseguiu a consagração da experiencia. [...] O ensino primário é função menos propria do homem do que da mulher. Ella sabe melhor comprehender a índole das crianças e fazer-se dellas estimada; tem o dom de ministrar o ensino, e inspirar obediencia pelos meios suasorios, sem recorer de continua ás repressões e rigor. (Parahyba do Norte, Falla, 1886, p. 23, 24 e 26).

Os aspectos acima serviram como parâmetros para a organização de um novo modelo de formação docente na Parahyba do Norte, consubstanciado no Regulamento de N°. 33, publicado no dia 14 de janeiro de 1886⁴. Com este dispositivo, buscou dar uma nova feição ao processo de formação docente na Parahyba do Norte a medida que formalizou o Externato Normal exclusivamente para as moças. Em seu Art. 1° determinou o seguinte: “A Escola Normal do 1° grau, creada pelo Regulamento 30 de 30 de julho de 1884 é convertida em Externato Normal para o sexo feminino, tendo este por preparar professoras para as Escolas Publicas Primarias da Provincia”.

⁴ Este Regulamento foi publicado no Jornal da Parahyba no dia 14 de janeiro de 1886. Jornal foi encontrado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Com efeito, o Regulamento de Nº. 33 do dia 14 de Janeiro de 1886, que instituiu um novo modelo estrutural e pedagógico de formação docente – com exclusividade à clientela feminina – de um lado deixou de fora a maioria do professorado que satisfatoriamente ou não, vinha exercendo o magistério público primário em quase toda a província⁵. Por outro lado, de certo modo, em função das representações sociais que predominavam na sociedade da época, buscou legitimar a presença feminina no magistério. Possivelmente, o marco da feminização do magistério na Parahyba do Norte.

Nesse novo formato legal, o Art. 3º do mencionado Regulamento ocupou-se de estabelecer as condições básicas para o ingresso das candidatas à formação normalista, que por sua vez são similares àquelas impostas no momento da segunda tentativa de instalação da Escola Normal de São Paulo em 1875 (Monarcha, 1999, p. 96-97). As exigências para o acesso foram: 1) - aprovação no exame de admissão nas matérias de instrução primária; 2) - idade mínima de 15 anos, comprovada através da certidão; 3) - comprovante da taxa de matrícula; 4) - atestado de vacina; 5) - atestado de bom comportamento expedido pelo vigário e pelo subdelegado da localidade da requerente.

Portanto, assim foi instituído o Externato Normal com vistas a preparar professoras, com o propósito de melhorar a qualidade do ensino primário local. Nessa perspectiva, o Regulamento de 1886 modificou o programa de formação, elevando para três anos o tempo de preparação das futuras normalistas. A mudança circunscrita garantia no final do curso o diploma de *normalista* como credencial necessária para o ingresso nas escolas públicas primárias de ambos os sexos, sem ter que submeter-se a concurso.

3. Os novos sujeitos educativos

A documentação disponibilizada mostrou que o Externato Normal começou a funcionar inicialmente com um quadro docente e pessoal, seguido com o estabelecido no Art. 27º do Regulamento de 1886. Conforme o Relatório elaborado por Bandeira Filho, aquele quadro ficou composto da seguinte forma: um Diretor e Professor de Pedagogia: Dr. Eugenio Toscano de Brito; um Professor de Portugues: Dr. Maximiano José Inojosa Varejão; um Professor de Matemáticas: João Hamilton⁶; um Professor de Geografia: Comendador Thomaz de Aquino Mindello; um Professor de Elementos de Ciências Físicas e naturais: Dr. Eugenio Toscano de Brito; uma Professora de Religião: Anna Carolina de Paiva Lima; uma Professora de Música: Alcyra Etelvina Gomes; um Professor de Desenho: Dr. Ernesto Augusto da Silva Freire; uma Professora da Escola

⁵ Existem informações que as atividades instrucionais nas escolas primárias paraibanas, em sua maioria, eram exercidas por professores do sexo masculino sem a formação específica (Araújo, 2010, p. 197).

⁶ Este professor, no ano de 1888, por motivo de saúde foi substituído por Horácio Henrique da Silva. *Gazeta da Parahyba*, 07/09/1888. Jornal encontrado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Anexa: Maria Amélia Peixoto da Silva Jurema; um Secretário: Antonio José Henriques Sobrinho; uma Inspetora: Francisca Herminia de Carvalho e Silva e um Bedel e Porteiro: Joaquim Pessoa.

Em relação ao corpo docente, na sua maioria foi composto por professores, *lentes* vinculados ao Liceu Paraibano. Com exceção dos professores Eugenio Toscano de Brito e Ernesto Augusto da Silva Freire, também dessa instituição, permaneceram os que já vinham lecionando na extinta Escola Normal. O Externato Normal contou com mais duas professora novatas, a de Religião e a de Música. Coube à professora responsável pela Escola Anexa, Maria Amélia Peixoto da Silva Jurema ministrar as disciplinas de Trabalhos de Agulha e Prendas Domésticas.

Além do quadro docente acima, a mesma legislação determinou a vinculação do cargo de direção⁷ do Externato Normal à função de professor da disciplina de Pedagogia. A justificativa para a referida medida ficou evidenciada no seguinte argumento:

Confiei a direção do Externato Normal ao professor de pedagogia, segunda a regra adoptada na Europa e na América do Norte. Para dirigir estabelecimentos taes, devem ser escolhidas pessoas que, ao conhecimento theorico da pedagogia, reúnam a pratica do ensino. (Parahyba do Norte, Falla, 1886, p. 26).

No material jornalístico⁸ que veiculou na sociedade paraibana de época, sugere que o Externato Normal se constituía num instrumento estratégico para os interesses políticos das lideranças e das oligarquias locais. A composição do seu quadro docente inicial se deu num clima de grande tensão e conflito político entre as lideranças locais e até entre os representantes de um mesmo grupo. O caso da nomeação do Dr. Eugenio Toscano de Brito – liberal – foi a mais conflitante e polêmico, pois Francisco José Rabello, também membro do grupo liberal, achava que tinha direito sob a disciplina de Pedagogia, pelo fato de ter sido nomeado para a mesma, na extinta Escola Normal sem ter assumido efetivamente o seu exercício. A partir daí foi travada uma batalha por Francisco José Rabello para assumir a referida disciplina.

Pedro Francisco Correa de Oliveira ao assumir a presidência provincial paraibana em 1888, representante do grupo conservador, exonerou o Dr. Eugenio Toscano de Brito do cargo de diretor do Externato e, conseqüentemente da disciplina Pedagogia. Essa exoneração⁹ provocou um clima de tensão no meio político, chegando a ser sugerida pelo deputado e vigário, o Sr. Salles a extinção da direção do Externato Normal e por Francisco Alexandrino da Veiga Torres, professor da instrução pública e deputado, da disciplina Pedagogia. Esse último deputado via a referida

⁷ Coube ao Dr. Eugenio Toscano de Brito exercer as funções administrativas da instituição e a de professor de Pedagogia, além da disciplina Ciências Físicas e Naturais. Foi um homem de grande influência no meio político e social paraibano no século XIX.

⁸ As matérias foram publicadas nos jornais: *O Publicador* (06/04/1886) e no *Jornal da Parahyba* (23 e 26/2, 02/03, 06 e 07/04 e 05/08/1886). Todos encontrados no IHGP.

⁹ Ver jornal *Gazeta da Parahyba* dos respectivos dias do ano de 1888: 13, 14, 18 a 22/09, 02 e 13/10 e 23/12. Todos encontrados no IHGP.

disciplina como uma “*excrecência*” (Gazeta da Parahyba, 14/09/1888¹⁰). Importa registrar que após várias investidas, engendradas tanto pelo o gestor acima, quanto por Francisco José Rabello, esse último foi empossado no cargo que tanto reivindicou: direção do Externato Normal¹¹.

Quanto aos outros sujeitos educativos, as discentes, as informações revelaram que durante os primeiros anos de funcionamento, o Externato Normal enfrentou sérios problemas de identidade e de reconhecimento sócio educacional e aceitação na realidade paraibana. Constata-se que a imprensa escrita tratou de divulgar matérias enfatizando aspectos negativos inerentes quanto ao seu funcionamento voltado exclusivamente para as jovens. Certamente essa posição tenha influenciado significativamente no processo de demanda de candidatas à formação normalista.

O que concorreu para o fato acima, ao lado das questões políticas, foram as representações valorativas que permeavam e alicerçavam a sociedade local da época, ou seja, uma sociedade de base familiar, dinamizada através de valores e princípios moralistas que, por sua vez dificultavam todo e qualquer avanço de elementos inovadores, apesar do discurso em torno do reconhecimento e aceitação de novos preceitos difundidos a partir da modernidade. Na verdade, é preciso considerar que esse processo de ruptura nunca foi fácil e tampouco rápido em nenhum contexto da história humano-social.

No Relatório elaborado em 1887 pelo seu diretor, Eugenio Toscano de Brito e no discurso do gestor provincial, Germiniano Brazil de Oliveira Góes, no mesmo ano, trazem desabafos e denúncias acerca da pouca importância e desrespeito que a sociedade paraibana vinha concedendo ao Externato Normal. Nos fragmentos abaixo, encontra-se fortes indícios dos problemas e conflitos que atravessaram a implantação da formação de professores na referida instituição.

Os defeitos organicos da nossa sociedade, que difficilmente se acostuma com innovações, como só ella chama as ideias utilitarias, o injustificavel escrupulo de mandar-se para um estabelecimento d’esta natureza moças em seu completo desenvolvimento, como se fosse instruindo-se que ellas facilmente se desviassem do caminho justo e do honesto, a erronea e perniciososa theoria, tão arraigada entre nos de que a mulher precisa somente saber ler e escrever, e que o seu lugar é em casa, no aconchego da familia, a maledicencia ativada vilmente contra este estabelecimento e que infelizmente tem repercutido as columnas livres de impressos levianos e sem critério, fácil e desejosa, quem sabe, em dar guarida a taes columnias, como uma válvula pelo mallogro de direitos adquiridos, tudo isso parece-me concorrer efficazmente para a indifferença com que tem sido acolhida pela nossa população humanita instituição¹².

[...] tem o direito de confiar que o bello sexo parhybano, quebrando preconceitos anachronicos e errôneos, aos olhos das doutrinas hodiernas, pague-lhe o honroso tributo de ampara-lo. (Parahyba do Norte, Relatório, 1887, p. 48-49).

¹⁰ Jornal encontrado no IHGP.

¹¹ Com saída de Pedro Francisco Correa de Oliveira da presidência da Parahyba do Norte em 1889, Eugenio Toscano de Brito reassumiu a direção do Externato Normal e a disciplina Pedagogia.

¹² Manuscrito encontrado na Caixa 65B do Arquivo Público da Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

Apesar das dificuldades que o Externato Normal enfrentava junto a sociedade paraibana, sobretudo o não reconhecimento e credibilidade quanto aos seus serviços educacionais de formar jovens normalistas, constata-se que matrículas foram efetivadas. Na verdade, – Quadro 1 – um número não muito significativo de moças, buscaram a formação docente para o magistério público primário.

Quadro 1¹³
Matrículas no Externato Normal – 1886-1892

ANO	1º Ano	2º Ano	3º Ano	TOTAL
1886	18	5	-	23
1887	4	13	5	22
1888	14	9	4	27
1889	18	14	8	40
1890	-	-	-	49
1891	-	-	-	-
1892	11	7	1	19

As fontes disponibilizadas não ofereceram informações necessárias para estabelecer um aproximado perfil socioeconômico do quadro discente do Externato Normal. A matéria jornalística abaixo enfatiza que a maioria das alunas que vinha frequentando o curso normal, eram provenientes dos grupos menos favorecidos economicamente.

Corpo de alunas do externato normal representa a classe mais pobre da nossa sociedade. [...] as alunas que alli acham-se matriculadas são quase todas, senão todas, paupérrimas, filhas de artistas e de viúvas que lutam com toda sorte de diversidade. (Gazeta da Parahyba, 22/12/1888)¹⁴.

Todavia, outras pequenas pistas sugerem que clientela que buscou o curso normal foi constituída por alunas de diferentes grupos sociais da sociedade paraibana. Em função dessa diversidade, a finalidade do curso normal que era proporcionada no Externato, revelava a sua dualidade, aumentando, o hiato entre as camadas populares e as elites locais. Essa dualidade foi explicitada pelo gestor provincial, Germiniano Brazil de Oliveira Góes, da seguinte forma:

As moças pobres, conquistadas a posse da carta de normalista, tem em perspectiva a preferencia do magisterio, além da satisfação intima de haverem enthesourado grande copia de saber; as ricas gosarão sempre desta ultima vantagem, que mais tarde sera de grande manancial de novos beneficios para a educação da familia, pela qual serão responsaveis perante Deus e a sociedade. (Parahyba do Norte, Falla, 1887, p. 49).

¹³ Os dados de 1886 a 1887 são informações contidas nos Relatórios dos gestores publicados. Com relação aos anos 1889, 1990 e 1892, os dados foram extraídos de diversas matérias publicadas nos jornais *Gazeta da Parahyba e Estado da Parahyba*. Quanto ao ano de 1891, nenhuma informação foi encontrada quanto a matrícula no Externato Normal.

¹⁴ Jornal localizado no IHGP.

Portanto, para as primeiras, ficou reservada a profissão do magistério, enquanto instrumento que poderia favorecer o sustento familiar. Para as moças de origem nas elites dominantes locais, estava a garantia do *status* social, a possibilidade de um casamento “promissor”. Esse aspecto enfatizado pelo então gestor, sugere que o Externato Normal tinha como função preservar a distinção social que caracterizava a realidade paraibana da época.

4. Os novos saberes prescritos

Ancorando-nos nas orientações de Goodson (1995), os programas de ensino em nível da prescrição são construídos a partir dos condicionantes sociais e políticos que atravessam uma determinada conjuntura. Portanto, os saberes escolares prescritos, traduzem conteúdos que expressam os principais interesses, necessidades e representações ideológicas de cada contexto que, por sua vez, orientam o que deve ser ou não ensinado nas instituições escolares.

Assim, a partir dos elementos impressos na conjuntura paraibana de época, o Regulamento de N.º. 33 de 1886 organizou um programa de ensino que possivelmente tenha dado suporte a formação docente para as escolas públicas primárias da Parahyba do Norte. O quadro 2 sintetiza os saberes que foram prescritos pelo mencionado regulamento.

Quadro 2
Programa do ensino do Externato Normal em 1886

1º ANO	2º ANO	3º ANO
Português	Português	História
Matemática	Matemática	Elementos de ciências físicas e naturais
Desenho	Geografia	Pedagogia
Música	Elementos de ciências físicas e naturais	Trabalhos práticos
Ginástica	Desenho	-
Religião	Música	-
Trabalhos de agulha	Ginástica	-
-	Trabalhos de agulha	-

Fonte: Art. 2º do Regulamento N.º. 33 de 14/1/1886.

Do conjunto dos saberes prescritos, em função de algum componente de ordem moral, a disciplina ginástica¹⁵ foi censurada, rechaçada por alguns setores da sociedade paraibana. As representações desta, não admitiam que prática de atividades que envolvesse o corpo, fizesse parte do universo feminino, ainda mais na presença masculina. Portanto, sem o seu devido reconhecimento, a disciplina ginástica foi suprimida do programa de ensino do Externato Normal através da Lei de N.º. 845 do dia 06 de Dezembro de 1887.

¹⁵O médico Adolfo Elycio da Costa Machado indicado para lecionar a disciplina, recusou oficialmente a nomeação. Conforme correspondência publicada no *Jornal da Parahyba* do dia 19/03/1886. Jornal encontrado no IHGP.

Infelizmente tão errônea concepção nutrem muitos acerca do ensino da gymnastica ao sexo feminino, que foi ella objecto de ridiculo, não sei si por ignorancia, ou por mera leviandade. Resta-me a convicção de que no futuro, os proprios censores hão de reconhecer a inconsistencia de seus comentarios. (Parahyba do Norte, Falla, 1886, p. 27).

A situação criada em torno da disciplina de ginástica reforça o pensamento acerca da relação intrínseca entre as atividades educativas que são desenvolvidas nas instituições escolares com as representações ideológicas e com os princípios morais que sustentavam e transitavam o contexto social da época. Como já nos alertava Goodson (1995), a tessitura social influencia demasiadamente na inclusão ou não de alguns saberes no programa escolar.

O mesmo artigo que determinou as disciplinas destinadas à formação das futuras professoras, estabeleceu também o horário¹⁶ de cada disciplina para os três anos do curso normal. Observando o quadro 3, o programa de ensino foi organizado para ser realizado em três anos com as respectivas carga horária semanal: 1º Ano → 10h; 2º Ano → 14h; 3º Ano → 17h. Assim, foi prescrita uma carga horária semanal total de 41h.

Quadro 3
Horário do Externato Normal em 1886
1º ANO

HORA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	SEXTA	SABADO
9 -10h 10:30-11:30	Português Desenho	Aritmética Trabalhos de Agulha	Português Ginástica	Aritmética Religião	Português Música

2º ANO

HORA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	SEXTA	SABADO
9 -10h 10:30-11:30 12:00-13:00	Geometria Desenho Ciênc. físicas e naturais	Português Trabalhos de Agulha Geografia	Geometria Ginástica Ciênc. físicas e naturais	Português Religião Geografia	Geometria Música Ciênc. físicas e naturais

3º ANO

HORA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	SEXTA	SABADO
9 -10h 10:30-11:30	História	Pedagogia Ciênc. físicas e naturais	História	Pedagogia Ciênc. físicas e naturais	História

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir das informações contidas no Art. 2º do Regulamento de N.º. 33 de 14 de Janeiro de 1886

¹⁶ Em nota oficial publicada no jornal *Gazeta da Parahyba* do dia 27/02/1890, o horário acima foi modificado pelo Diretor da Instrução Pública, o Sr. Rodolfo Galvão, ficando as aulas distribuídas da seguinte forma: “1º ANNO. Portuguez – nas segundas, quartas e sabbados das 9 ás 10. Arithmetica – das 10 ás 11, nos mesmos dias. Desenho – das 10 1/2 as 11 ½ nos mesmos dias. 2º ANNO. Portuguez – nas terças e sextas das 9 ás 10. Geometria – nas terças e sextas das 10 á 11. Sciencias naturaes – nas segundas, quartas e sabbados das 11 ás 12. Geographia – nas terças e sextas das 12 á 1. 3º ANNO. Sciencias physicas – nas terças e sextas das 11 ás 12. Historia – nas segundas, quartas e sabbados das 12 á 1. Pedagogia – nas segundas e quartas de 1 ás 2. Musica (1.º 2.º e 3.º annos) nas terças e sextas de 1 ás 2. Trabalhos de agulha (1.º 2.º e 3.º annos) nos sabbados de 1 ás 2”. Observa-se que nos dois horários estabelecidos, não foi programada nenhuma atividade e /ou disciplina para as quintas feiras.

Foi para esse interstício que buscou regulamentar o desenvolvimento intelectual, moral e técnico-profissional com vistas instrumentalizar as futuras normalistas para as atividades instrucionais nas escolas públicas primárias da Parahyba do Norte. Nessa perspectiva, o Art. 4º da legislação citada distribuiu, ordenou os conteúdos a serem lecionados em cada disciplina. As evidências expostas a seguir revelam que se primou mais pela formação de cultural geral do que a formação pedagógica, que teoricamente habilitaria para o exercício do magistério. Esta última era uma reivindicação antiga, um componente central e permanente nos diversos discursos oficiais em defesa da formação de professores.

No caso de *Português*, para os dois primeiros anos do curso, foram determinados os seguintes conteúdos: Gramática-Leitura corrente e expressiva em prosa e verso; Análise sintática e ortografia e Exercícios de redação. Ao lado destas temáticas, foi apresentada a seguinte recomendação:

O professor limitará ao mínimo possível as regras e definições gramaticais. Os trabalhos deverão ser mais práticos do que teóricos, e terão por fim habituar a aluna a ler, escrever, e falar com correção a língua nacional. Os defeitos de linguagem deverão ser corrigidos com assiduidade. Em vez de lições de cor, o professor aproveitará a leitura para explicar as teorias gramaticais indispensáveis, e não esquecerá de exigir das alunas que expliquem o sentido das frases e das palavras de uso pouco freqüente. (Regulamento de N.º. 33 de 14 de Janeiro de 1886).

Para *Aritmética*, estabelecida para o primeiro ano foram prescritos estudos sobre: Numeração – Teoria das 4 operações fundamentais sobre os inteiros e as frações ordinárias e decimais. Teoria das proporções e suas aplicações: regras três, regras de juros, de desconto. Estudo teórico e prático do sistema métrico. Curiosamente, a recomendação foi a seguinte: “menos estudo aprofundado das regras, do que adestrar a aluna na prática das mesmas regras”. Enquanto para *Geometria*, foram escolhidos os conteúdos de geometria plana e noções sumárias sobre a geometria no espaço.

Quanto à geografia, buscou-se uma feição científica através dos seguintes temas: Estudo do globo, precedido de noções gerais de cosmografia. Indicação das terras e dos mares. Continentes. Explicação das cartas geográficas. Descrição sumária de cada uma das partes do mundo. Quanto a cada país apenas: a raça, a língua, a religião, o governo, a população, a capital e cidades principais, os acidentes geográficos mais importantes. Estudo mais desenvolvido da América do Sul. Geografia do Brasil e particularmente da Província de Paraíba. O como ensinar, foi orientado através do uso de mapas confeccionados pelas alunas.

A disciplina *Ciências Físicas e Naturais* era revestida de grande importância sob a ótica dos liberais republicanos em função do ideário positivista que fundamentava os movimentos e ações dos seus representantes. A importância dessa disciplina no programa de formação a ser efetivado no Externato Normal foi sentida basicamente através da sua carga horária. Essa era a mesma que foi

destinada tanto para Português, quanto para Matemática e muito superior a de Pedagogia que contava apenas com duas horas semanais. Quanto aos conteúdos selecionados, se restringiram apenas a alguns rudimentos dos conhecimentos científicos. Em conformidade com o novo Regulamento, para o segundo ano, os assuntos foram: História natural; Divisão dos fenômenos da natureza; Descrição dos corpos inorgânicos; Exposição dos caracteres dos minerais, das plantas, e dos animais; Princípios de sua classificação e Rudimentos da anatomia e fisiologia humanas.

Já para o terceiro e último ano do curso normal, a mencionada disciplina incorporava os conteúdos a seguir: Recapitulação do curso do ano anterior. Noções gerais da física e de química. Explicação dos fenômenos naturais. Lei do movimento. Lei do peso. Atrações moleculares, o calor, a luz, a eletricidade. Princípios gerais da química. Aplicações. Ensino rudimentar. As aplicações serão frequentes e dar-se-á preferência à parte experimental de modo a desenvolver o gosto das alunas pelas grandes descobertas científicas e captar-lhes melhor a atenção. A recomendação para a realização da disciplina foi que

O professor terá em vista que o ensino deve ser rudimentar. Na sua exposição a linguagem vulgar merecerá sua preferência, *sendo excluído o aparato científico* e só quando não houver inconveniente se recorrerá aos termos técnicos. A exposição se baseará sobre o método intuitivo, para o que se organizará um museu convincente. O estudo mais demorado será reservado para as riquezas naturais do Brasil e sobre tudo da Paraíba para isso em qualquer dos ramos da história natural o professor procurará chamar a atenção das alunas para os exemplos existentes na província. (Regulamento de N.º. 33 de 14 de Janeiro de 1886, grifos nossos).

História, tinha como finalidade trabalhar os acontecimentos memoráveis da história da humanidade e as biografias dos grandes homens na perspectiva do desenvolvimento social. Assim foi dividida em três temas principais: Divisão da história; Enumeração dos fatos capitais da história antiga, média, moderna e contemporânea; História do Brasil: planos gerais e fatos capitais. Quanto aos acontecimentos relativos a nossa realidade, a recomendação foi a de que “O ensino da história do Brasil será feito sob o mesmo ponto de vista, de modo a despertar nas alunas o amor da pátria e das instituições políticas”.

Os conteúdos que necessariamente deveriam ser trabalhados nas disciplinas: *Religião, Desenho, Ginástica e Trabalhos de Agulha e Prendas Domésticas*, não foram estabelecidos. Todavia, considerando as idiossincrasias que caracterizavam o contexto da época, é possível cogitar que ambas tinham o caráter prático-utilitário no processo de formação das normalistas no cotidiano do Externato Normal. A disciplina Religião, conduziria os processos comportamentais necessários à formação da conduta moral das normalistas para mais tarde serem reproduzidos nas escolas primárias. Enquanto a de *Trabalhos de Agulha e Prendas Domésticas* reforçaria os papéis impostos à mulher: *do lar*.

Os programas de ensino referentes às disciplinas estabelecidas, apresentados acima, revelam uma das facetas da formação normalista na realidade paraibana, ou seja, igualmente às instituições congêneres brasileiras, predominaram os lastros de formação humanista de cultura geral, científica e moral. Ao lado dessas bases, o reformador se ocupou com a questão técnico-pedagógica através da inclusão das disciplinas *Pedagogia* e *Trabalhos Práticos* no último ano do curso. Muito embora os gestores públicos locais tenham dado ênfase à necessidade de preparar professores com conhecimentos pedagógicos pautados nos “*preceitos da pedagogia moderna*”, a disciplina de *Pedagogia* ocuparia apenas duas aulas semanais. Em função também dessa carga horária, fica explícita a não prioridade com a formação pedagógica das futuras professoras.

Quanto ao seu programa, foram estabelecidos os seguintes temas: “noções gerais sobre a ciência da educação e suas idéias capitais, explicação do mecanismo da escola primária e da legislação provincial sobre a instrução primária”. A partir do que foi proposto, cogita-se a possibilidade de estudos acerca das ideias, pensamentos e teorias pedagógicas que vinham transitando nos meios educacionais, entre os intelectuais.

Trabalhos Práticos, por sua vez, consistiam na formação prática das futuras normalistas em escola anexa, com uma carga horária prevista de dez horas semanais. Em conformidade com os Arts. 9º, 10º e 11º do Regulamento de 1886, a disciplina deveria ser realizada através da observação e da participação em sala de aula do ensino primário em uma escola anexa ao Externato Normal. Essa formação prática, estava prevista para ser realizada ao longo do curso nas seguintes modalidades: no primeiro ano consistia apenas na observação por parte das alunas nas aulas do ensino primário ministradas na escola anexa; para o segundo ano, ficaram estabelecidas aulas práticas semanais, sob inspeção do diretor do Externato Normal, que era também o professor responsável pela disciplina de Pedagogia. É relevante destacar que cabia a esse escolher o assunto para que as alunas planejassem previamente suas aulas, como também avaliar e dar as devidas orientações metodológicas. Enquanto no último ano do curso normal, as atividades práticas das alunas estavam relacionadas com a direção das chamadas *classes* da escola anexa, sob fiscalização da professora responsável pela mesma, seguindo obrigatoriamente as instruções e orientações do Diretor do Externato Normal.

No Regulamento em estudo, foram estabelecidas algumas orientações metodológicas a serem adotadas na prática cotidiana daquela instituição. As orientações tinham como objetivo primordial inserir no cotidiano das normalistas algumas práticas a serem incorporadas por elas e, oportunamente, exercitar na condição de professora primária. Observa-se ainda que as recomendações não se afastaram do que foi estabelecido no Decreto de Leôncio de Carvalho em 1879, ou seja, ficou evidente que o reformador intentou efetivar a prática do método intuitivo na

formação normalista no âmbito do Externato Normal. Esse método era o que tinha de mais moderno em termos pedagógicos, a serem aplicados no âmbito das instituições escolares.

Destarte, foi preconizado no Art. 8º que a formação das professoras deveria ser adotada às seguintes posturas metodológicas por parte de seus mestres que por sua vez eram os *lentes* do Liceu Paraibano:

§1º Os professores terão muito em vista no desenvolvimento de cada matéria, não só a explicação clara do assunto pelo modo mais acessível à inteligência das normalistas, mas ainda chamar a atenção delas para o melhor modo de ensinar nas escolas primárias, quando chegarem a ser professoras.

§2º São proibidas as lições de cor, a menos que se trate de definições e classificações que convenha reter na memória. As normalistas serão obrigadas a tomar nota das explicações do professor, e reduzi-las a escritos, a fim de submetê-las à censura. (Regulamento de N.º. 33 de 14 de Janeiro de 1886).

Com o propósito de instrumentalizar especificamente os professores escolhidos para formar as futuras normalistas dentro dos “preceitos modernos da pedagogia”, o Diretor do Externato Normal, Dr. Eugenio Toscano de Brito, sob orientação de Bandeira Filho, mandou distribuir, exclusivamente entre aqueles professores, doze exemplares do livro *Primeiras Lições de Coisas*, de Norman Allison Calkins (Parahyba do Norte, Falla, 1886). A finalidade era de proporcionar conhecimentos pedagógicos, mas especificamente sobre os procedimentos do método intuitivo a ser utilizado em sala de aula. A importância desse livro e/ou manual, enquanto suporte na formação das professoras, foi digna de publicação jornalística local.

Este livro é justamente apreciado pelas pessoas competentes o mais apropriado [...] ao ensino elementar de acordo com os preceitos da moderna pedagogia. Não é um compendio para o alumno, e sim um directório onde o professor inteligente encontrara os conselhos mais acertados para a sua difficil profissão, no sentido de banir a velha rotina que esterilisa a escola e de substituil a pelos processos racionaes que constituem o systema intuitivo ou pelo aspecto. (Jornal da Parahyba, 11/06/1886)¹⁷

Encontrou-se diversas evidências sugerindo que o Externato Normal não dispôs de nenhum equipamento básico que pudesse instrumentalizar as aulas de ciências, geografia e de desenho. “A nossa penúria financeira suspendeo o proposito em que estava de prover as aulas de desenho, sciencias phisicas e naturaes e geografia do material preciso ao lado práctico do ensino, como modelos, um microscopio, globos, mapas”. (Parahyba do Norte, Falla, 1887, p. 51).

A falta dos instrumentos e materiais didáticos necessários ao fazer pedagógico naquela instituição, contribuiu também para a não efetivação da prática metodológica intuitiva prevista na legislação em tela. Diante desta constatação, acredita-se que o método intuitivo que, deveria ser um

¹⁷ Jornal encontrado no IHGP.

dos suportes pedagógicos no processo de formação das normalistas, não passou de uma mera proposição metodológica, ficando apenas no nível da formalidade legal.

Os methodos intuitivos do ensino moderno, que têm por escopo principal o desenvolvimento da actividade, da espontaneidade e do racionio nas creanças, são inteiramente desconhecidos dos nossos professores, [...] (Verdade, 14/12/1889)¹⁸.

Nella não adoptou-se ainda o methodo intuitivo do ensino, faltando-lhe os indispensáveis aparelhos e instrumentos, assim como admissão dos livros mais preconizados hoje para um systema regular de educação technica. (Estado da Parahyba, 04/02/1891).

As situações expostas acima certamente concorreram para a permanência da prática da exposição verbal e da memorização, ou seja, de um lado os professores apenas *ensinando*, transmitindo e do outro, as alunas *aprendendo*, assimilando disciplinadamente os conhecimentos disponibilizados para ser reproduzidos e transmitidos oportunamente no cotidiano das escolas primárias. Ressalta-se que, para época, as referidas posturas metodológicas eram convenientes e até mesmo necessárias na formação e reprodução de hábitos condizentes com a estrutura social vigente local. A valorização do aspecto da moral, através da imposição de determinadas condutas ou comportamentos, era um dos componentes necessário à conformação social à estrutura oligárquica local em vias de consolidação.

Conforme a legislação em destaque, o processo de avaliação¹⁹ tinha as seguintes características e modalidades: no final de cada ano escolar, deveriam ser realizadas provas orais e escritas para cada disciplina. Quanto à disciplina de Pedagogia, além dessas últimas modalidades, exigia-se também uma prova prática. Para os exames orais, necessariamente tinha que ser composta uma banca examinadora pelo diretor do Externato Normal, específica para cada disciplina. De acordo com o Art. 23º, cada membro dessa banca tinha que arguir as alunas no mínimo por 15 minutos.

Com relação à escola anexa, de que trata o Art. 55º do mencionado Regulamento, ela tinha como finalidade básica servir de campo de “estágio”, de exercício prático do ensino primário das normalistas durante o curso de formação. Esse tipo de escola e/ou modalidade prática na formação docente, principalmente quanto ao seu propósito era similar à Escola-modelo instituída na reforma de 1890 da Escola Normal de São Paulo.

As informações sobre seu o funcionamento são quase que insignificantes para a realização de um estudo mais acurado. Os poucos registros encontrados indicaram apenas que a professora Maria Amélia Peixoto da Silva Jurema, nomeada na ocasião da instalação da Escola Normal em

¹⁸ Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

¹⁹ Observa-se nos jornais que a maioria das alunas comumente não comparecia aos exames finais nas datas marcadas.

1885, permaneceu na direção da mesma e que os livros didáticos adotados para o ensino primário que ali se efetivou, foram os mesmos utilizados pela Escola-modelo da Escola Normal paulista (Monarcha, 1999, p. 120), a saber: os livros de leitura de Hilário Ribeiro.

Bandeira Filho (Parahyba do Norte, Falla, 1886, p. 29), afirmou que a escola anexa funcionava de modo precário no mesmo prédio do Externato Normal. O espaço físico além de pequeno, não oferecia as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades instrucionais relativas ao ensino primário, por conseguinte comprometia a formação das futuras professoras. “O ensino é fornecido em condições muito rudimentares e impróprias para servir de exemplo às normalistas”.

Como expressão de síntese provisória, os registros explorados são fortes indícios de que, no momento do funcionamento do Externato Normal, o desenvolvimento econômico se impôs novamente prioritário. Assim, como ocorreu em outras realidades sociais brasileiras, a devida formação de professores em uma instituição específica foi relegada a segundo plano. Esse deslocamento que atravessou quase todo o nosso recorte temporal, possivelmente tenha concorrido tanto para as inúmeras dificuldades que aquela instituição enfrentou quanto para as oscilações no ensino primário.

5. Os resultados do Externato Normal

O corpo documental mostra que em função de fatores de ordem política, econômica e moralista, contribuíram para a não consolidação do Externato Normal, idealizado por Bandeira Filho. O novo modelo estrutural e pedagógico de formação docente não conseguiu o devido reconhecimento para profissionalizar adequadamente as professoras para o exercício do magistério, tampouco mudou a situação precária de atraso do ensino primário, ora considerado como “pontos luminosos da civilização”. (Verdade, 03/03/1890)²⁰. Desse modo, comprometeu e protelou o processo de civilização, difundido pela modernidade como condição necessária à regeneração e ao progresso humano-social da sociedade paraibana via escolarização.

Quanto ao primeiro aspecto, pode ser ilustrado com o número de normalistas formadas no espaço de cinco anos, conforme disponibilizado no quadro 4. A partir das informações apresentadas, ficou evidenciado que a quantidade de normalistas formadas desde a instalação da Escola Normal em 1885 era insignificante tanto com relação ao número de ingressantes, quanto ao de escolas primárias existentes.

²⁰Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

Quadro 4²¹

Alunas formadas no Externato Normal de 1888 a 1891

ANO	NORMALISTA
1888	1. Amalia Garcez Alves Lima 2. Aquilina Amélia de Oliveira 3. Anna Hyginna Bittencourt Pessoa 4. Felismina Etelvina de Vasconcelos
1889	1. Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque 2. Olívia América de Figueirêdo
1890	1. Maria Isolina Lobo Mendes 2. Maria Cecília Ferreira
1891	1. Anna Elydia Cavalcante de Albuquerque 2. Francisca Presalina Pessoa Cabral 3. Julia Augusta da Silva 4. Maria Amélia Ferreira Dias

Portanto, o número diminuto de formadas é um forte indício de que tanto a valorização da professora, quanto a profissionalização para o magistério ainda não havia alcançado os patamares esperados na Parahyba do Norte. Será que o tipo de curso normal que vinha sendo efetivado não atraiu, não motivou a clientela ingressante, por conseguinte tenha gerado também certo desencanto quanto à formação e ao exercício do magistério?

Além da efetiva prática clientelística e da influência do patronato político local, esse resultado concorreu para a efetivação de nomeações de pessoal não qualificado para o exercício do magistério primário, contrariando a legislação vigente. A partir de alguns documentos oficiais disponibilizados²², constata-se que em 1889 foram realizadas dez nomeações e durante o ano de 1891, vinte e nove pessoas assumiram o cargo de professor público primário.

Quanto as três primeiras normalistas formadas no início de 1888, foram nomeadas entre abril e junho do mesmo ano. Explorando alguns documentos oficiais²³ e uma matéria publicada no jornal *Gazeta da Parahyba* do dia 21 de dezembro de 1888²⁴, a primeira normalista teve sua nomeação suspensa pelo gestor Francisco de Paula Borges e as últimas pelo gestor provincial Pedro Correa. Da discussão travada através dos jornais, existem indícios de que os motivos para a suspensão das referidas nomeações foram tanto de ordem política quanto econômica.

O mesmo jornal acima citado, no dia seguinte publicou uma matéria denunciando que o gestor provincial Pedro Correa não demonstrava respeito com relação à atividade primordial do Externato Normal, à medida que indeferia e cancelava as nomeações das normalistas e, em seu lugar vinha colocando pessoas sem a titulação exigida por lei. Fato que reforça a constatação da

²¹Quadro organizado pela autora a partir dos dados encontrados: Parahyba do Norte, Relatório, 1888; *Gazeta da Parahyba* (25, 27 e 28/11/1888 e 02/03/1890) e *Estado da Parahyba* (07/03/1891).

²² Os documentos localizados estão relacionados às portarias dos gestores provinciais encontradas na Caixa 01 e na Caixa 04, ambas do Arquivo Público da Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

²³ Portarias encontradas na Caixa 04 do Arquivo Público da Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

²⁴ Jornal encontrado no IHGP.

ingerência política no âmbito das instituições escolares. O autor da matéria que não foi identificado argumentou que o Externato era uma instituição sem utilidade para a sociedade paraibana, assim sendo, propôs que o mesmo fosse extinto. O que fundamentou a proposta de sua extinção foi o fato do diploma de normalista em termos práticos, não ser garantia para o acesso no magistério público primário.

Digo o Exmo. Sr. Dr. Pedro Correa, digo publico, digão as alumnas do externato normal que vêm assim perdidas, para o fim que tinha em vista, os trabalhos do presente e frustradas as esperanças do futuro. [...] as professoras diplomadas por elle, não podem ser preteridas em seus direitos que alias a lei cercou de garantias e o provimento as cadeiras vagas por quem requer em nome de titulo scientifico. [...] a nomeação representação para aquella que recebe a conquista de um direito. [...] que apontamos não forem sufficientes para determinar a extinção do Externato, inutil como instituição normal, a força ultima é tal que fechara de vez suas portas. (Gazeta da Parahyba, 22/12/1888)²⁵.

Apesar do número diminuto de formadas da primeira turma, Mello (1956, p. 68-69) considerou como um grande marco que concorreria para o progresso e modernização do ensino na província. Assim expressou seu otimismo educacional: “Fato de grande significância nos meios educativos da Paraíba, marcou o passo inicial do constante progresso do ensino, trazendo-nos, para o futuro, novas esperanças e novas vitórias”. Com essas considerações, acredita-se o quanto seria interessante reconstituir o impacto das normalistas formadas, principalmente no interior das escolas primárias paraibanas. Sonhos, desilusões...

Tem-se notícias que outras normalistas diplomadas foram nomeadas para o ensino primário: Julia Augusta da Silva, Anna Elydia Cavalcante de Albuquerque e Francisca Presalina Pessoa Cabral, ambas da última turma de concluintes. A esse respeito, encontramos um ofício do inspetor escolar Antonio C. Vasconcelos ao Diretor da Instrução Pública, sugerindo que a portaria de nomeação da normalista Francisca Presalina Pessoa Cabral fosse suspensa, em virtude de ter um irmão presidiário. Este fato remete a questão dos princípios morais e dos “bons costumes” difundidos na tessitura da sociedade local. No recorte histórico da pesquisa, a educação escolar e seus mestres foram considerados como difusores e condutores da formação dos hábitos e dos comportamentos morais necessários a vida social.

Ainda sobre as normalistas que foram formadas pelo Externato Normal, uma matéria jornalística encontrada²⁶, sugere que a entrega dos diplomas se constituía num acontecimento de grande importância na sociedade paraibana. A turma que se formou em 1891, teve seus nomes

²⁵ Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

²⁶ Publicada no jornal *Estado da Parahyba* no dia 08/03/1891, localizado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

publicados nos jornais locais de época e recebeu o diploma durante uma solenidade com a presença da congregação da instituição e acompanhada por músicas executadas pela banda da polícia local.

Realizou-se hontem, conforme noticiamos, a entrega de diplomas ás normalistas D. Julia Augusta da Silva, D. Francisca Presalina Pessoa Cabral, D. Anna Elidia Cavalcante de Albuquerque e D. Maria Amélia Ferreira Dias.

Reunida a congregação [...] felicitando as diplomadas pela victoria que acabavam de conquistar, e exhortando-as a que, pelo amor ao trabalho e dedicação a *nobilíssima carreira* que abraçavam, soubessem corresponder à expectativa d'aquelles que tanto se esforçaram pelo desenvolvimento de sua educação profissional, do que altamente dependerá a *elevação do nosso nível intelletual e moral*. (Estado da Parahyba, 08/03/1891, grifos nossos)²⁷.

Quanto ao ensino primário, ao qual se vislumbaram novos rumos, em termo de qualidade sob os arautos da modernidade, da civilidade, da regeneração moral, permaneceram nas mesmas condições de atraso e precariedade. As informações indicam que tanto do ponto de vista estrutural, quanto técnico-pedagógico, não se modernizaram. Na verdade, as informações existentes sugerem que os processos e práticas educativas no interior das escolas primárias permaneceram como antes. “A escola era a mesma, sem o bafejo das novas técnicas pedagógicas que começam a mudar a mentalidade do professorado”. (Leitão, 1987, p. 26).

Quadro 5
Número de escolas primárias e matrículas na Parahyba
por sexo: 1886-1892

ANO	ESCOLAS			MATRÍCULAS		
	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.
1886 ¹	87	43	44	2.544	1.330	1.214
1887 ¹	78	34	24	2.271	1.190	1.081
1888 ¹	49	36	13	2.371	1.290	1.081
1889 ²	79	-	-	2.284	-	-
1890 ²	81	-	-	2.587	-	-
1891 ²	84	-	-	3.042	-	-
1892 ¹	128	69	59	4.333	2.354	1.979

Fontes: ¹ Parahyba do Norte (1884, 1886 e 1892). ² Dados retirados da obra de Mello (1956).

Com relação ao aspecto quantitativo, tornou-se visível um movimento oscilatório que persistiu até o final do século XIX. A partir dos dados dispostos no quadro 5, no ano em que se formou a primeira turma de normalista, o número de escolas primárias sofreu uma redução significativa. Conforme a produção historiográfica disponibilizada, essa redução foi provocada pelos efeitos de uma grande seca de 1877 na Parahyba do Norte. Não obstante, foi possível observar um pequeno aumento no número de matrícula. Em 1892 o número daquelas escolas

²⁷ Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

apresentou um crescimento bastante expressivo, ou seja, aproximadamente de 161%. Contudo, do ponto de vista de alunos matriculados não chegou a 100%.

Conforme o gestor Francisco de Paula de Oliveira Borges em seu Relatório de 1888, a instrução pública continuava num “estado de abatimento”, pois no lugar de professores habilitados, apesar de poucos, estavam pessoas que apenas precisavam de um “ganha pão”. Igualmente a outros momentos e localidades históricas, a causa principal do atraso na educação pública recaiu sobre a carência de professores habilitado

Para corroborar melhor a situação acima mencionada do ensino primário na Parahyba do Norte nos últimos anos do século XIX, vale a pena reproduzir alguns trechos jornalísticos²⁸, que trataram de caracterizá-la de forma pessimista e extenuada:

É deploravel e vergonhoso o estado de nossa educação publica, toda de resultado negativo. [...] o ensino faz-se em uma sala immunda, de acanhada capacidade, tendo por unicos moveis uns velhos bancos de madeiras e duas ou tres mezas nas mesmas condições. [...] Quanto a parte instructiva [...] inassimilaveis regras e definições da grammatica e da arithmetica do velho Castro Nunes [...]. (Verdade, 14/12/1889)²⁹.

[...] lamentavelmente é o estado de nossas escolas primarias e múltiplos são os defeitos que as deturpam, desde a *carencia de habilitações profissionaes do pessoal docente destituídos de orientação moderna [...] até os edificios escolares* que estão longe de satisfazer os requisitos de estabelecimentos para tal fim.

[...] os *mesmos systemas viciados* de ensino que atrophiam as faculdades mentaes das crianças, convertidas em recipientes passivos de cousas estereis e imprestaveis. O methodo intuitivo [...] ainda não teve entrada em nossas escolas que permanecem ankylosadas na rotina, conservando processos archaicos [...]. (Verdade, 23/04/1890, grifos nossos)³⁰.

As nossas escolhas de instrucção elementar [...] estão longe de corresponder as exigencias scientificas; [...] que sejam eliminados do ensino esses *processos archaicos, anachronicos* incompativeis com o actual desenvolvimento que tem-se operado nesse departamento da actividade humana. (Estado da Parahyba, 04/02/1891, grifos nossos)³¹.

Além do que foi exposto, outras informações enfatizaram que o Externato Normal não conseguiu cumprir com a sua finalidade primordial: formar professoras habilitadas com conhecimentos científicos modernos, no sentido de promover uma nova feição à instrução pública primária da Parahyba do Norte. Apontam como causa principal do fracasso o fato do poder público não ter proporcionado as condições estruturais e pedagógicas atuais/modernas e necessárias para formar as professoras. Essas informações podem ser indícios de que o novo modelo de formação de professores implantado não se constitui em prioridade das lideranças políticas e dos gestores locais.

²⁸ Além da observação no Relatório de 1888, estas foram as únicas fontes disponibilizadas acerca do assunto em pauta.

²⁹ Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

³⁰ Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

³¹ Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

Possivelmente as ausências das condições acima pontuadas, por sua vez resultantes dos condicionamentos políticos da época, concorreram para uma formação precária, desprovida de qualificação profissional fundamentada nos conhecimentos pedagógicos inerentes à prática docente.

A base desse novo edifício esta no professorado; temos, portanto, imperiosa necessidade de comunicar ao pessoal que se destina ao encargo do magisterio, as *habilitações especiaes*. Este resultado, porem so pode-se conseguir com a fundação de um instituto normal em condições de satisfazer as exigencias *dos modernos processos pedagogicos*. Temos, é exacto, uma escola normal na capital; mas, alem de ser um estabelecimento imperfeitissimo, que esta distante de corresponder ao fim que se destina, é somente frequentado por mulheres. (Verdade, 23/04/1890, grifos nossos) ³².

[...] educar-se o pessoal que se destinar a essa profissão, em conhecimentos technicos, devendo-se para isso submetel-o a um tirocinio em escholas normaes. Nesta capital temos uma dessas escholas [...] que não esteja ainda em condições que se deve exigir em um estabelecimento dessa especie. (*Estado da Parahyba*, 04/02/1891, grifos nossos) ³³.

Convem, pois, alargar-se a esphera de conhecimentos especiaes do nosso professorado; levantar-se o seu nível intellectual e social [...]. (*Estado da Parahyba*, 21/01/1891) ³⁴.

Portanto, as evidências disponibilizadas mostraram que a instauração de um novo modelo estrutural e pedagógico – o Externato Normal – regulamentado em 1886, não produziu os resultados esperados quanto a formação pedagógica do professorado. A formação pedagógica e o exercício do magistério das normalistas não foram devidamente reconhecidos pela sociedade paraibana. Com efeito, conclui-se de modo provisório que a Parahyba do Norte, em função de seus condicionantes políticos e sociais, não conseguiu construir e consolidar a valorização da formação do professor e nem a profissionalização da carreira docente e, em consequência a qualidade da instrução pública primária, não alcançou as direções e rumos esperados.

Referências

ARAÚJO, José Carlos Souza [et al.] (orgs.). **As escolas normais no Brasil: do império à república**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.

ARAÚJO, Rose Mary de S. (2010). **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. João Pessoa: Tese de Doutorado. Disponível em <https://bdt.d.biblioteca.ufpb.br/>.

GONDRA, José Gonçalves (orgs.). **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

³² Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

³³ Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

³⁴ Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias:** Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

LEITÃO, Deusedit. **O ensino público na Paraíba:** síntese histórica da Secretaria de Educação. João Pessoa: A União/Sec, 1987.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça:** o lado noturno das luzes. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

NÓVOA, Antonio (coord.). **Os professores e a sua formação.** Tradução Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José Antonio Tavares. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional, 1992.

PINHEIRO, Antonio Carlos F.; CURY, Claudia Engler (Orgs). **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial.** Brasília: INEP, 2004. Disponível em http://www.inep.gov.br/estatisticas/cdeb_2004/PB.pdf. Acesso em 09/04/2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Relatórios, Mensagens, Falas, Discursos dos Presidentes, Governadores, Diretores e Inspectores da Instrução Pública na Província – Estado da Parahyba.

PARAHYBA DO NORTE. Falla com que o exm. sr. dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, presidente da província, abriu a primeira sessão da 26.a legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 1 de agosto de 1886. Parahyba do Norte, Typ. Liberal, 1886. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>. Acesso em 17/04/2014.

_____. Falla com que o exm. sr. dr. Geminiano Brazil de Oliveira Góes, presidente da província, abriu a segunda sessão da 26.a legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 3 de agosto de 1887. Parahyba do Norte, Typ. do "Jornal da Parahyba," 1887. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>. Acesso em 17/04/2014.

_____. Relatorio com que o exm. sr. dr. Francisco de Paula Oliveira Borges passou a administração da província ao exm. sr. dr. Pedro Francisco Correa de Oliveira em 9 de agosto de 1888. Parahyba, Typ. d'O Pelicano de J. Seixas, 1889. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>. Acesso em 17/04/2014.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Mensagem do Governador Álvaro Lopes Machado ao Congresso Constituinte do Estado da Parahyba em 01 de julho de 1892. Parahyba – Typographia e Lithographia a Vapor – Manoel Henriques, 1892. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>. Acesso em 18/04/2014.

Legislação

Regulamento do Externato Normal de N°. 33. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 14 Jan. 1886. Localizado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Documentos Manuscritos

Relatório da Diretoria do Externato Normal por Eugenio Toscano de Brito dirigido ao Presidente Provincial, em 27 de junho de 1887. Caixa 65B do Arquivo Público da Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

Artigos de Jornais

Parte Official. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 14 Jan. 1886.

Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 14 Jan. 1886.

Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 23 fev. 1886.

Editaes. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 23 fev. 1886.

- Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 26 fev. 1886.
- Parte Official. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 02 mar. 1886.
- Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 02 mar. 1886.
- Parte Official. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 19 mar. 1886.
- Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 07 abr. 1886.
- Parte Official. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 11 de jun. 1886.
- Escola Anexa. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 22 jun. 1886.
- Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 05 ago. 1886.
- Editaes. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 01 dez. 1886.
- Ainda o correspondente da “Provincia”. *O Publicador*. Anno XXVI, Parahyba do Norte, 06 abr. 1886.
- Externato Normal - Noticiario. *O Publicador*. Anno XXVI, Parahyba do Norte, 20 nov. de 1886.
- Externato Normal - Noticiario. *O Publicador*. Anno XXVI, Parahyba do Norte, 04 dez. de 1886.
- Externato Normal - Parte Official. *Jornal da Parahyba*. Anno XXVI, Parahyba do Norte, 25 nov. 1887.
- Externato Normal – Noticias Diversas. *Jornal da Parahyba*. Anno XXVI, Parahyba do Norte, 29 nov. 1887.
- Nomeações. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 07 set. 1888.
- BRITO, Eugenio Toscano. Minha Exoneração. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 13 set. 1888.
- Cousas Políticas. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 14 set. 1888.
- BRITO, Eugenio Toscano. Minha Exoneração II. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 15 de set. 1888.
- BRITO, Eugenio Toscano. Minha Exoneração III. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 19 set. 1888.
- Director do Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 20 set. 1888.
- As arbitrariedades do Sr. Dr. Pedro Corrêa. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 21 set. 1888.
- Humilhações. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 22 set. 1888.
- Notas da Semana. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 02 out. de 1888.
- A demissão do Dr. Eugenio. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 13 out. 1888.
- Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 18 nov. 1888.
- Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 20 nov. 1888.
- Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 21 nov. 1888.
- Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 22 nov. 1888.
- Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 23 nov. 1888.
- Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 24 nov. 1888.
- Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 25 nov. 1888.
- Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 27 nov. 1888.
- Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 28 nov. 1888.
- Externato Normal I. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 20 dez. 1888.
- Externato Normal II. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 21 dez. 1888.
- Externato Normal III. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 22 dez. 1888.

Mais uma inépcia do Sr. Pedro Corrêa. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 23 dez. 1888.

Dr. Eugenio: manifestações de apreço. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, Parahyba do Norte, 09 mai. 1889.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, Nº. 441, Parahyba do Norte, 12 nov. 1889.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, Nº. 450, Parahyba do Norte, 22 nov. 1889.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, Nº. 451, Parahyba do Norte, 23 nov. 1889.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, Nº. 452, Parahyba do Norte, 24 nov. 1889.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, Nº. 453, Parahyba do Norte, 26 nov. 1889.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, Nº. 455, Parahyba do Norte, 28 nov. 1889.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, Nº. 457, Parahyba do Norte, 30 nov. 1889.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, Nº. 458, Parahyba do Norte, 01 dez. 1889.

Instrução Publica. *Verdade*. Anno II, Nº. 201, Parahyba do Norte, 14 dez. 1889.

O livro e a Escola. *Verdade*. Anno III, Nº. 262, Parahyba do Norte, 03 mar. 1890.

Instrução Publica. *Verdade*. Anno III, Nº. 304, Parahyba do Norte, 23 abr. 1890.

Instrução Publica. *Verdade*. Anno III, Nº. 305, Parahyba do Norte, 24 abr. 1890.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno III, Nº. 524, Parahyba do Norte, 27 fev. 1890.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno III, Nº. 525, Parahyba do Norte, 28 fev. 1890.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno III, Nº. 527, Parahyba do Norte, 02 mar. 1890.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno III, Nº. 527, Parahyba do Norte, 02 mar. 1890.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno III, Nº. 528, Parahyba do Norte, 04 mar. 1890.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno III, Nº. 530, Parahyba do Norte, 06 mar. 1890.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno III, Nº. 533, Parahyba do Norte, 09 mar. 1890.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno III, Nº. 564, Parahyba do Norte, 18 abr. 1890.

Instrução Publica. *Estado da Parahyba*. Anno II, Nº. 147, Parahyba do Norte, 21 jan. 1891.

Instrução Publica. *Estado da Parahyba*. Anno II, Nº. 157, Parahyba do Norte, 04 fev. 1891.

Externato Normal. *Estado da Parahyba*. Anno II, Nº. 182, Parahyba do Norte, 07 mar. 1891.

Externato Normal. *Estado da Parahyba*. Anno II, Nº. 183, Parahyba do Norte, 08 mar. 1891.

As causas de nosso atraso. *Estado da Parahyba*. Anno II, Nº. 211, Parahyba do Norte, 14 abr. 1891.

Instrução publica. *Estado da Parahyba*. Anno III, Nº. 589, Parahyba do Norte, 24 nov. 1892.